Medida Provisória n° 1007, de 2020

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R$ 98.270.969,00, para os fins que especifica.

Explicação da Ementa:

Abre crédito extraordinário no valor de R$ 98.270.969,00 (noventa e oito milhões duzentos e setenta mil novecentos e sessenta e nove reais), em favor do Ministério da Economia (órgão 25000), na Unidade orçamentária 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na programação Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Destino: Ao arquivo

Último local: 22/12/2025 - Coordenação de Arquivo

Último estado: 15/03/2021 - SEM EFICÁCIA

TRAMITAÇÃO

06/10/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

Recebido em: 2025-12-22 às 11:02 por SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

---

19/05/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 124, de 19/05/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 12 de maio de 2021, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1007, de 2020, que teve seu término de vigência ocorrido em 14 de março de 2021.

14/05/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Em 13-05-2021 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1007 de 2020, cuja vigência encerrou-se em 14-03-2021, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.
À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 20-05-2021).

Publicado no DCN Páginas 6 - DCN nº 19

15/03/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Matéria aguardando edição de decreto legislativo (art. 62, §11, da Constituição Federal e art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN) até 13/05/2021.

15/03/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: Término do prazo de vigência, em 14 de março de 2021, da presente Medida Provisória.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 13 de maio de 2021.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 18/03/2021)

Publicado no DCN Páginas 335 - DCN nº 13

14/03/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Perdeu a eficácia

08/03/2021 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

03/12/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 154, de 02/12/2020, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 03/12/2020 – Seção 1 – Página 1)

09/11/2020 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/11/20 PÅG 11.

20/10/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

16/10/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 360/2020, do Congresso Nacional, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 daConstituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.007, de 2020, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R$ 98.270.969,00, para os fins que especifica”.À Medida não foram oferecidas emendas, e a matéria pode ser acessada no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que a compõem, no seguinte link: “https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/145035”. Recebida a Mensagem nº 566/2020, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1007/2020.

16/10/2020 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

TRAMITAÇÃO

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 360, de 16/10/20, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

08/10/2020 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória, não foram apresentadas emendas.

06/10/2020 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexada Nota Técnica nº 92, que contém subsídios para análise de adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 1.007/2020, elaborada pela consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

05/10/2020 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À CMO, para recebimento de emendas.

05/10/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 05/10/2020 a 03/12/2020
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 05/10/2020 a 07/10/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/11/2020 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 07/10/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 08/10/2020.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Publicado no DCN Páginas 93 - DCN nº 54

05/10/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 05/10/2020, na página 4, a Medida Provisória 1007/2020.

Publicado no DOU Páginas 4

DOCUMENTOS

MPV 1007/2020

Data: 05/10/2020
Autor: Presidência da República
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R$ 98.270.969,00, para os fins que especifica.

Calendário

Data: 05/10/2020
Autor: Congresso Nacional
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 05/10/2020 a 03/12/2020
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 05/10/2020 a 07/10/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/11/2020 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 07/10/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 08/10/2020.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 05/10/2020
Autor: Senado Federal
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: -

Nota Técnica

Data: 06/10/2020
Autor: Câmara dos Deputados
Local: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Descrição/Ementa: Nota Técnica nº 92/2020

OFCN 360/2020

Data: 16/10/2020
Autor: Diretor da Secretaria de Expediente
Local: Secretaria de Expediente
Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 360, de 16/10/20, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.
Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória n° 1.007, de 2020.

DOCUMENTOS

Ofício

Data: 15/03/2021

Autor: Presidente da Câmara dos Deputados

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Término do prazo de vigência, em 14 de março de 2021, da presente Medida Provisória.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 13 de maio de 2021.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 18/03/2021)

Descrição/Ementa: Ofício nº 118/2021/SGM-P, de 15 de março de 2021, que encaminha processado de Medida Provisória (perda de eficácia)

OFCN 124/2021

Data: 19/05/2021

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 124, de 19/05/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 12 de maio de 2021, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1007, de 2020, que teve seu término de vigência ocorrido em 14 de março de 2021.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o término do prazo para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n° 1.007, de 2020.
